

AS IDÉIAS FILOSÓFICAS NO SEMANÁRIO TRIBUNA DO POVO

José Maurício de Carvalho*

INTRODUÇÃO

A atividade de pesquisa que empreendemos inscreve-se no esforço de aclarar o modo pelo qual foram pensadas determinadas questões no contexto problemático experimentado por parcela ilustrada da população sãojoanense no final do século passado. A presente investigação teve como objeto o periódico *Tribuna do Povo*, editado em São João del-Rei nos anos de 1881 a 1882. O jornal, além de abordar questões práticas, procurava também explicitar a identidade cultural da inteligência regional, empenhando-se em encontrar respostas para as inquições que movem a reflexão filosófica.

O círculo intelectual composto sob a liderança de Alberto Besouchet, escritor e editor da *Tribuna*, partilha da tese segundo a qual o passado impõe como tarefa contínua sua superação, mas igualmente exige que não se perca aquilo que caracteriza a singularidade cultural, isto é, o modo pelo qual as indagações filosóficas foram tematizadas no bojo da consciência do povo. Buscamos explicitar como estes pensadores compreenderam que ser é este que interroga, o que ele podia conhecer, como se situava ante os desafios da história e como elaborava um projeto político, no caso muito específico, capaz de associar as idéias liberais com teses conservantistas.

A postura intelectual do grupo confirma, como exprimiu Mondolfo, a importância da matriz cultural no estabelecimento da inquirição racional:

*“Na consciência moderna tem um eco poderoso a advertência da Renascença, de que o progresso se detém ou retrocede quando os homens não recolhem a herança dos seus predecessores para mantê-la viva e ativa mediante conquistas sempre novas.”*¹

O modo pelo qual as interrogações filosóficas são abordadas denotam a particularidade da investigação, pois, conforme Heidegger:

* Professor do Departamento das Filosofias e Métodos da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei - FUNREI

01. MONDOLFO, R.. *Figuras e idéias da filosofia da renascença*. Trad. de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1967. p. 223.

“Só tomando o perguntar filosófico mesmo existencialmente ou como possibilidade de ser do ser-aí existente em cada caso, há a possibilidade de que se abra a existencialidade da existência e a possibilidade de atacar os problemas ontológicos com suficiente fundamento.”²

A preocupação em fazer sobressair a historicidade das soluções filosóficas, mesmo quando se intenta um encontro com a essência do ser, guiou nossa investigação, o que significa, segundo Mondolfo, que sistematizou o que consideramos como uma das maiores contribuições do idealismo romântico:

“O pensamento filosófico, apesar de sua pretensão,...., de uma contemplação sub specie aeterni, não consegue afirmar-se a não ser sub specie temporis.”³

Tivemos sempre em mira o valor que certas indagações adquiriram aos olhos dos pensadores da Tribuna e colocamos às claras porque a realidade por eles vivida “foi formada totalmente por categorias.”⁴

Tudo isto consideramos quando trouxemos à baila a investigação das idéias filosóficas da Tribuna do Povo, mas acima de tudo ponderamos que, enquanto não conhecermos nosso modo próprio de interrogar, enquanto não formos competentes em elucidar quais são os moventes de nossa consciência filosófica, seremos incapazes de inquirir, de fato, pelo sentido de nossa existência e do mundo, pois sequer saberemos avaliar a maneira pela qual a consciência ocidental instaurou a longa jornada de indagação sobre o sentido do ser e como a vem desenvolvendo. No entender de Crippa:

“Esta anterioridade radical e insuperável, cujas perspectivas e densidade ontológicas fixam o quadro das possibilidades humanas, chama-se cultura.”⁵

A pesquisa das idéias filosóficas na Tribuna do Povo contribui, desta forma, para que se possa compreender a influência da tradição na cultura

02. HEIDEGGER, M.. *El ser y el tiempo*. México. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1962. p. 23.

03. MONDOLFO, R.. *Problemas e métodos de investigação na história da filosofia*. Trad. de Livia Reale Ferrari. São Paulo: Mestre Jou, 1969. p. 33.

04. HARTMANN, N.. *Auto-exposição sistemática*. México: Universidade Nacional Autonoma, 1964. p. 6.

05. CRIPPA, A.. *As idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978, p. 15.

nacional, ao mesmo tempo que permite traçar os rumos da reflexão no final do século passado.

O PROBLEMA DO CONHECIMENTO

Entre as interrogações que animam a reflexão filosófica devemos destacar, sem dúvida, a pergunta que ficou consagrada por Kant: O que podemos conhecer?⁶ Sua explicitação pelo mestre alemão é um momento crucial do contexto problemático do pensamento moderno, que desde sua origem encontrava-se às voltas com preocupação semelhante. De fato, a referida interrogação possui raízes bem mais antigas e constitui um dos filosofemas clássicos. No entanto, a singularidade do pensamento moderno está justamente no privilégio concedido a tal questionamento, evidenciada pela dúvida metódica de René Descartes⁷ (1596-1650), que conferiu ao tema conhecimento o "status" de suporte da inquirição racional. O diálogo que se seguiu com a ciência moderna não apenas ampliou a importância da especulação, mas permitiu um avanço no plano filosófico que pôde explicitar a autonomia de seus caminhos, possibilitando um avanço significativo no tratamento da problemática do conhecimento e o seu inter-relacionamento com outras questões não solvidas e que se tornaram objeto de discussão.

O Brasil, em função da peculiaridade de sua matriz cultural, travou contato com os problemas epistemológicos de um modo singular, conforme demonstrou Antônio Paim na sua obra clássica⁸. Ele expressou formalmente que a superação do empirismo mitigado foi possível devido ao esforço de Silvestre Ferreira (1769-1846). O filósofo português procurou indicar a particularidade da reflexão filosófica permitindo aos pensadores brasileiros lançarem-se numa nova vereda, o que conferiu singularidade à consciência nacional e a distinguiu do pensamento lusitano, apesar de situar-se na mesma tradição filosófica.

O problema do conhecimento, na forma como vem a ser tematizado no periódico em questão, comprova que se tratava de assunto privilegiado pela consciência filosófica deste círculo de pensadores sãojoanenses

06. KANT, I.. *Crítica da razão pura*. Trad. de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

07. DESCARTES, R.. *O discurso do método*. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

08. PAIM, A.. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Convívio; Brasília: INL, 1984.

coordenados por Alberto Besouchet, editor e escritor da Tribuna do Povo. No entanto, deixa clara a opção do grupo pela conciliação com a matriz cultural lusa. Isto significa que, embora se possa reconhecer a autonomia do conjunto de pensadores sãojoanenses em relação ao pensamento português, este ainda influencia, quer pela ênfase conferida ao Absoluto como princípio fundante da realidade, quer devido à opção pela perspectiva transcendente que indica um caminho próprio no enfrentamento dos problemas filosóficos.

A hipótese a ser demonstrada pode ser resumida da seguinte forma: a solução laborada para o problema do conhecimento possui um caráter próprio, mas nota-se profunda influência do tradicionalismo que é desenvolvido sob a base do espiritualismo romântico de Victor Cousin (1792-1867), embora igualmente vinculado ao pensamento de Espinosa, o que se deveu, sem dúvida, à nossa tradição cultural.

Baruch de Espinosa (1632-1677) distingue-se, como pensador, pela confiança irrestrita na capacidade da razão de descobrir os caminhos do Absoluto e sua ação de produção imanente da realidade, distinguindo-se de René Descartes, que manteve o Absoluto envolto em mistério. O aspecto do pensamento de Espinosa que se manifesta de maneira mais contundente no periódico é justamente esta crença de que o Infinito (Deus) é a causa imanente de si mesmo e do mundo. O Absoluto é a substância que se cria e se sustenta e que igualmente produz a totalidade da natureza. Na parte primeira da *Ética*, onde Espinosa reflete sobre Deus, é que ele explicita ser o Absoluto causa de si e do mundo. Na proposição XV lê-se:

“Tudo o que existe, existe em Deus, e sem Deus nada pode existir nem ser concebido.”⁹

Em seguida revela como entende a causalidade:

“Afora Deus não é dada nem pode ser concebida nenhuma substância, isto é, uma coisa que em-si e por-si é concebida. Porém, os modos não podem existir nem ser concebidos sem uma substância, pelo que somente podem existir na única substância divina e por ela ser concebidos, ora fora das substâncias e dos modos nada é dado; por conseguinte, sem Deus nada pode existir nem ser concebido.”¹⁰

09. ESPINOSA, B. *Ética*. Trad. de Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes e Antônio Simões. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 25.

10. *idem*

Antônio José da Costa Machado, um dos membros do grupo de escritores da Tribuna, partilha de concepção semelhante e a utiliza como alicerce do conhecimento, empregando-a na avaliação que faz da ciência moderna. Ele afirma:

“A ciência não é um montão de fatos, e a botânica uma árida nomenclatura;... o úmido e o calor, a luz e a vida das plantas são efeitos da presença de Deus, produzidos como causa primária e radicalmente impossíveis sem sua ação perpétua.”¹¹

Esta tese defende que o Absoluto é a sustentação do pensar. Com base nela pode-se dar um passo adiante e compreender-se que o Absoluto justifica o pensamento da realidade e a tentativa de apreendê-la conduz aos modos pelos quais a idéia (Deus) pode ser conhecida, posto que, embora única, ela (idéia) pode manifestar-se de várias formas. A compreensão deste processo é o indicativo do progresso que consiste na expressão contínua da idéia. Alberto Besouchet escreve:

“O progresso resume-se na exteriorização da idéia. Exteriorizar a idéia é passar do mundo subjetivo para o das formas, da inteligência para a realidade objetiva, dos princípios absolutos da razão, que são a base de toda ciência...”

Os princípios são absolutos e imutáveis, suas explicações é que podem variar.

As transformações diversas e sucessivas por que a humanidade tem passado, traduzem unicamente tentames de aperfeiçoar os modos de aplicar a idéia, nunca a modificação desta.

Modificar a idéia corresponderia modificar a razão.”¹²

No texto acima mencionado, elaborado sob a inspiração do espiritualismo romântico, pode-se verificar uma vez mais a influência do espinosismo, pois a solução edificada privilegia a idéia que é a causa e o sustentáculo do real, fundamento do mundo da natureza que funciona pela ocorrência de eventos muitas vezes únicos e irrepetíveis. O mundo natural torna-se, no contexto espinosiano, uma exteriorização do infinito, uma extensão dele. O racionalismo absoluto seguiu a trilha da imanência da

11. MACHADO, Antônio J. da C.. *Tribuna do Povo*. Ano I - nº 7, São João del-Rei: 15 de maio de 1881. p. 2.

12. BESOUCHET, A.. *Tribuna do Povo*. Ano I - nº 15, São João del-Rei: 17 de julho de 1881. p. 1.

verdade. No entanto, havia na ética de Espinosa um aspecto inaceitável para os pensadores da Tribuna, a saber, a idéia de que a liberdade humana consistia no conhecimento da substância fundante em razão da identidade essência-existência, esta embora mantivesse o homem como agente da história, conferia caráter prevalente ao desenvolvimento do infinito transformando o indivíduo num momento da totalidade. Exatamente por isto o romantismo retomou a meditação espinosiana, ainda que para compreendê-la numa outra perspectiva, a denominada transcendental, Schelling¹³ tece significativos elogios ao racionalismo absoluto enquanto desenvolvia sua tese do poder criativo do espírito.

Uma concepção de conhecimento desta ordem estaria bastante próxima da lógica hegeliana, pois, conforme Abbagnano, o conhecer no idealismo

“é o processo que unifica o mundo subjetivo com o objetivo, ou melhor, que leva à consciência a unidade necessária de ambos.”¹⁴

No entanto, o progresso como exteriorização da idéia não seria concebida pelos autores da Tribuna como herança da lógica idealista, ou mais propriamente hegeliana, pois esta não possui, segundo eles, uma unidade que garantisse coerência interna. Antônio José da Costa Machado expõe a avaliação que o grupo fazia da dialética:

“A Filosofia de Hegel, que sustenta o sim, e o não ao mesmo tempo, que a verdade e o erro é uma mesma, que o homem fatal, podre pelos seus erros e cheirando mal como um cadáver, é ao mesmo tempo um homem sublime, de princípios sãos e modelo para futuras gerações. Contra Hegel, em França, deram golpes mortais Graty na sua sofisticada, e Dupanlaup no seu valente opúsculo - Perigo Social. Em São João quem dará? Ninguém, porque, Deus seja louvado, aqui não há hegelianismo, embora digam os malévolos.”¹⁵

Como resolverão os pensadores da Tribuna do Povo o problema de explicar, sob a influência do Espinosismo, o modo pelo qual se dá a exteriorização da idéia e a passagem do mundo subjetivo para as formas,

13. SCHELLING, F. W. J.. *Exposição de idéia universal da filosofia em geral e da filosofia da natureza como parte integrante da primeira.* (1803). Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

14. ABBAGNANO, N.. *Dicionário de filosofia.* Trad. de Alfredo Bosi e Maurice Cunio. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

15. MACHADO, Antônio J. da C.. *Tribuna do Povo.* Ano I - Nº 7, São João del-Rei: 15 de março de 1881. p. 2.

isto é, do mundo subjetivo ao objetivo? Eles não abandonam a tese espinosiana de que o ser fundante do conhecimento não é parte do homem ou criação de seus esquemas de pensamento, mas julgam poder justificar diante deste infinito o valor dos indivíduos. Esta justificativa não é obtida nas obras dos autores modernos, mas na idéia de pessoa desenvolvida pelo pensamento cristão, notadamente na versão católica. É na tradição cristã que os autores em questão justificam o valor do indivíduo e o sentido da subjetividade, em razão do que entendem:

“A cultura intelectual sem consciência de Religião não passa de barbarismo civilizado e animalismo disfarçado.”¹⁶

Muito curioso é que esta noção de conhecimento permitiu o entendimento do valor da linguagem na gênese do pensar, o que veio a se tornar matéria de diferentes estudos no século XX. A importância da estrutura lingüística na arquitetura da razão foi expressa na Tribuna do Povo do seguinte modo:

“Palavra e pensamento são como que congênitos e inseparáveis, estão entre si em rigorosa e mútua dependência; a palavra não só representa, como completa o pensamento”¹⁷

O conhecimento entendido como uma versão do racionalismo absoluto de modo a adaptá-lo com teses que advogam a importância do eu permitiu àqueles pensadores a superação do panteísmo e a consagração de uma variante do espiritualismo. A solução estruturada aproximava-se, pois, daquela proposta por Krause (1781-1832), ainda que não partilhasse de alguns de seus aspectos. O fundamental é entender que o indivíduo pensante mantinha sua autonomia, ainda que situado num contexto marcado pela crença na presença de Deus como infinito sustentáculo da realidade. A filosofia era o caminho pelo qual o ser consciente explicitava os princípios universais e aproximava-se do seu criador. Tal é o verdadeiro sentido do pensar:

“O verdadeiro progresso será a perfeita exteriorização dos princípios investigados, aferidos e determinados pelo esplêndido sol civilizador da filosofia.”¹⁸

Esta solução evidencia a importância destes pensadores sãojoanenses que buscaram construir uma obra racional para resolver o

16. TRIBUNA do Povo. Ano I - N° 8, São João del-Rei: 22 de maio de 1881. p. 2.

17. TRIBUNA do Povo. *Variedades*. Ano I - n° 8, São João del-Rei: 22 de maio de 1881. p. 3.

18. TRIBUNA do Povo. Ano I - n° 15, São João del-Rei: 17 de julho de 1881. p. 1.

problema do valor do indivíduo na sua relação com o Absoluto. Possuem consciência do contexto problemático e empenham-se para explicar o que vem a ser o conhecimento e como este aspecto da filosofia contribui para elucidar e conferir sentido à jornada do homem.

A QUESTÃO DA HISTÓRIA

Diferentes estudiosos da evolução do pensamento entendem que a historicidade é a marca da filosofia no século XIX, sendo mesmo plausível utilizar tal categoria como elemento diferencial entre o conjunto das idéias produzidas nos séculos XVIII e XIX. Apesar do Iluminismo também valorizar a história, isto não muda a afirmação genérica de que o historicismo distingue as teorias elaboradas no século XIX, notadamente quando se compara as suas teses com as idéias gerais estruturadas no século anterior.

No entanto, esta afirmação precisa aclarar que o significado da história é pensado de forma distinta no interior dos diversos sistemas filosóficos; como bem observou Rodolfo Mondolfo:

"Este caráter historicista, que domina a filosofia do século XIX (especialmente na primeira metade desse século), pertence igualmente a sistemas filosóficos muito diferentes entre si, como o são o positivismo de Comte e o idealismo de Hegel. Pois bem, quando dizemos concepção historicista, afirmamos o significado particular que este princípio pode assumir em seus desenvolvimentos, associando-se ao sistema positivista ou ao idealista. São dois desenvolvimentos muito diferentes, que dão a um mesmo princípio um sentido ou conteúdo muito distinto, especialmente no que se refere ao conceito de lei."¹⁹

Esta afirmação de Mondolfo é muito pertinente porquanto alerta para o perigo das generalizações inadequadas que ocorrem nos trabalhos de historiografia das idéias e alerta para a necessidade de buscar os elementos que conferem a identidade aos diferentes sistemas. É exatamente isto que nos preocupou quando nos deparamos com tal problemática, pois o que pretendíamos era buscar o significado da história na consciência dos pensadores sãojoanenses que escreviam a Tribuna.

Inicialmente verifica-se logo a influência da visão historicista de Hegel. Embora a lógica hegeliana fosse rechaçada de pronto como mostramos anteriormente, a noção de progresso como eixo da história do

19. MONDOLFO, R. *Problemas e métodos de investigação na história da filosofia*. Trad. de Livia Reale Ferrari. São Paulo: Mestre Jou, 1969. p. 56/7.

pensamento permite que o grupo se defronte com a criação do mundo humano, cuja elaboração espiritual entendida objetivamente conduziu ao que Hegel denominou de espírito objetivo. Assim, a filosofia social passa a integrar a reflexão antropológica, pois a sociabilidade torna-se componente essencial do homem e a produção espiritual o esforço coletivo para edificar o espírito universal. De fato a tese básica da Tribuna é:

*"Todo homem tende ao seu aperfeiçoamento."*²⁰

E que se completa da seguinte maneira:

*"O não concurso da idéia de cada um para a confecção de um só pensamento era uma pedra erguida contra a perfectibilidade humana... A sua aparição no mundo veio provar que a sociabilidade não é um mero capricho do homem, e sim ato inerente à própria natureza do gênero humano."*²¹

E a idéia de destino, tão cara ao idealismo romântico, é absorvida de tal forma que, como explícita o periódico:

*"Bradem embora os filósofos contra a existência do destino, loucos... o destino acompanha o homem desde o berço até a sepultura."*²²

No entanto, a consciência filosófica do processo de evolução sugere que os autores não abandonam a idéia de que produção coletiva é a soma das consciências individuais, de tal forma que o sujeito não desaparece no progresso incessante que acompanha a humanidade. E o escritor chega mesmo a afirmar:

*"Prossigamos na senda por onde temos trilhado, e aí encontraremos um caminho florescido, um lugar de respeito, visitado pela sombra do progresso e pela grande comunhão dos homens que pertencem à imensa falange das idéias progressistas."*²³

E ao contrário do que pregavam os tradicionalistas, tais pensadores entendem a importância do processo revolucionário como etapa fundamental do progresso, percebendo que a renovação da cultura não se faria sem

20. TRIBUNA do Povo. *A liberdade da imprensa*. Ano I - nº 20, São João del-Rei: 21 de agosto de 1881. p. 1.

21. *idem*.

22. TRIBUNA do Povo. Ano I - nº 12. São João del-Rei: 26 de junho, 1881. p. 1.

23. TRIBUNA do Povo. Ano I - nº 9, São João del-Rei: 29 de maio de 1881. p. 1.

saltos abruptos capazes de retirar a crosta constituída pelos comportamentos e idéias solidificadas pela tradição. Entendem que:

“Não há progresso sem revolução... Os excessos e os abusos não são da essência da revolução, e se a revolução faz correr rios de sangue, também faz espalhar mares de luz. A revolução tem o seu código e a sua filosofia, é o fórum dos povos.”²⁴

O processo revolucionário tinha, pois, no entendimento dos pensadores da Tribuna, um caráter inovador porquanto conferia dinamicidade à jornada humana e permitia a compreensão da idéia progresso, revelando tratar-se de solução muito diferente da proposta conservantista. Conferia-se, desta forma, responsabilidade pelo processo histórico, pois cada sujeito seria responsável pela criação coletiva da humanidade. O que não se divisa é o modo como se prepara a revolução, mas parece que é um processo concebido na consciência humana e desenvolvido através do esforço coletivo dos grupos humanos. Antônio J. da Costa Machado, ao tratar da questão, referenda a importância do progresso, mas procura deixar claro que o que entendiam por revolução era algo muito diferente do que estava sendo preconizado pela esquerda hegeliana. A avaliação que efetiva do socialismo é a de que se trata de um desenvolvimento inadequado de sistema de panteísmo e ceticismo:

“Um grande movimento filosófico apareceu na Alemanha, no fim do século passado, e no começo deste, e paralelamente um grande movimento filológico: deste movimento nasceram audaciosos sistemas de panteísmo e ceticismo, os quais invadiram o ensino superior e as universidades e daí ameaçaram plantar na Alemanha o socialismo.”²⁵

Deste modo, ficam associadas as idéias de história e progresso sem que se perca a importância do esforço individual para a criação da consciência humana, em cujo bojo haveria de se promover a evolução. A historicidade é o espelho da consciência e o seu arquivo, pois ela reflete a evolução e conserva a lembrança das etapas por que passa a humanidade em seu avanço.

A POSTURA POLÍTICA

A problemática política é concebida de modo a manter uma harmonia com as posturas assumidas em relação ao conhecimento e à história. O

24. CAIM e ABEL, *Tribuna do Povo*. Ano I - n° 11, São João del-Rei: 19 de junho de 1881. p. 2.

25. MACHADO, Antônio J. C.. *Tribuna do Povo*. Ano I - n° 7, São João del-Rei, 15 de maio de 1881. p. 1.

espiritualismo romântico de Cousin²⁶, por tematizar um método de investigar na consciência verdades que já se encontram no seu interior, pode ser invocado como uma espécie de princípio de referência que possibilita a abertura para um diálogo com os diferentes sistemas. O espiritualismo sustenta o caráter histórico do homem sem destruir a sua subjetividade e possibilitando a unidade da consciência, que é a base de investigação a respeito da constituição do ser, torna-se uma espécie de sustentáculo sobre o qual se conservará o pensamento político. O eu adquire desta forma o "status" ontológico, além de psicológico, por caracterizar a unidade das vivências que possui o ser humano do nascimento até a morte.

A significação do eu no contexto do pensamento formulado pelo grupo revela a rígida base sobre a qual se desenvolveu e solidificou a postura liberal do informativo. A questão da continuidade da consciência é o cerne da gênese histórica do problema ontológico. O homem condicionado pela presença do Absoluto adquire na história uma compreensão de sua temporalidade. Como cidadão descobre a natureza de seu caráter social e pensa uma forma de gerenciamento da sociedade, nascendo daí a política. Esta é definida como:

*"O modo de pensar dos cidadãos relativamente aos meios tendentes ao melhor sistema de governar os povos e administrar as finanças públicas."*²⁷

Os pensadores da Tribuna entendiam que os diversos problemas nacionais não poderiam ser resolvidos enquanto cada cidadão não assumisse a tarefa de construir com o próprio trabalho uma nova sociedade, próspera e feliz. Compreendiam que a concepção estatizante que verificavam existir sob o discurso liberal era uma das razões do atraso nacional. Queriam uma economia livre e um Estado barato que se dedicasse a subsidiar a educação e a infra-estrutura econômica, assim se referindo aos gastos do governo:

*"Não pode ser considerado senão como um criminoso abuso, em detrimento e para defraudar as rendas com o aumento do funcionalismo, devendo elas ter outra e mais útil aplicação, como sejam, proteção à lavoura, a criação de núcleos de educação e estabelecimentos industriais, os melhoramentos de estradas e construções de pontes para o fácil trânsito e transporte de gêneros do interior."*²⁸

26. COUSIN, V.. *Du vrai, du beau et du bien*. Paris: Didier, 1853.

27. TRIBUNA do Povo. Ano II - n° 1, São João del-Rei: 1° de abril de 1882. p. 1.

28. TRIBUNA do Povo. Ano II - n° 2, São João del-Rei: 16 de abril de 1882. p. 1.

Este Estado patrimonial, era na compreensão daqueles pensadores resultado do sistema monárquico, que reeditava aqui o desempenho administrativo herdado da tradição lusa. Dirigiam, pois, ferozes críticas à monarquia, que não podem ser, entretanto, confundidas com aquelas de inspiração positivista. O diagnóstico do problema é muito diferente e o rumo proposto bem outro que o tomado com a proclamação da República. A República que pretendiam era de outra natureza como se pode ver no verso que recitavam:

*"Quebre-se o cetro do rei!
Rasque-se o manto real...
lê seu credo na bandeira
que se agita sobranceira:
Deus, pátria e liberdade"*²⁹

Esta aproximação entre a tradição e o liberalismo talvez pudesse causar espanto entre aqueles não familiarizados com a totalidade do pensamento do grupo. No entanto, para Costa Machado:

*"O liberal esclarecido com a história da civilização da Europa não podia facilmente mostrar que o oráculo dos conservadores do século XIX é o inspirador do liberalismo?"*³⁰

Além disto, este mesmo autor explica que quando um sistema político perde o respeito pelos indivíduos caminha para uma forma qualquer de ditadura. Na sua ótica não haveria outra solução para o sentido e significado do trabalho fora da dualidade que se lhe apresentava:

*"O problema do trabalho, se não for resolvido pela liberdade cristã, o será pela tirania do socialismo."*³¹

Desta forma vai-se delineando na consciência do grupo que uma sociedade estruturada sobre as bases da cristandade caminha para o liberalismo, o que revela a singularidade de tal modo de pensar notadamente quando se tem em vista que em sua versão original:

"O liberalismo corresponde à filosofia política da Época Moderna. Trata-se de uma doutrina que se gestou na Inglaterra, ao longo do século

29. TRIBUNA DO POVO. *A República*. Ano I - n° 15, São João del-Rei: 17 de julho de 1881. p. 3.

30. MACHADO, Antônio J. da C.. *Tribuna do Povo*. Ano I - n° 7, São João del-Rei: 15 de maio de 1881. p. 2.

31. idem

XVII, em meio a lutas sangrentas e acirrados debates, para encontrar afinal sua formulação acabada no Segundo Tratado do Governo Civil, de John Locke (1632-1704), aparecido em 1690, mas que se acredita haja sido redigido muito antes e amplamente difundido e debatido pela elite dirigente nos anos oitenta."³²

Em sua versão britânica o liberalismo é um projeto político de um governo civil que se sustenta sobre uma moral social que só indiretamente contava com a religiosidade individual, o que não é partilhado pelo grupo sãojoanense. Conforme deixamos claro, o projeto liberal elaborado pelos autores da Tribuna ancorava-se na noção cristã de pessoa que era o sustentáculo teórico do valor do indivíduo frente ao estado. A natureza do homem que se inscreve num projeto político é muito semelhante àquela tematizada por Espinosa, segundo a qual o esforço humano para preservar existência realiza-se através da paixão e se ancora no egoísmo e na vaidade. Como afirma o editor:

*"Os maus não teriam guarida em uma boa sociedade, se o egoísmo e a vaidade não fossem dotes naturais da humanidade."*³³

A longa discussão que se estabeleceu na Inglaterra permitiu o desenvolvimento da chamada moral social, desenvolvida a partir da relação sentimento moral e razão. Segundo Paim, o cerne do debate ocorreu do embate entre Bernard Mandeville (1670-1733), Anthony Ashley Cooper - 3º Conde de Shafsterbury (1671-1713) e Joseph Butler, bispo de Durham (1692-1752). Ele escreve:

*"Mandeville tornou-se famoso devido a seu livro A fábula das abelhas (1714). Ele apresenta no seu livro uma suposta sociedade próspera e feliz, onde certamente havia algumas trapagens e negociatas, como parte dos negócios. Certo dia Júpiter resolveu fazer a todos igualmente virtuosos e sem ambição. A sociedade tornou-se extremamente virtuosa, porém o progresso acabou, pois foi destruído tudo o que a fazia feliz e próspera. Mandeville coloca-se entre o grupo dos pessimistas, como Hobbes, que acreditava que a sociedade era movida por interesses egoístas, porém dava alguma razão aos otimistas como Shafsterbury, já que acreditava que a moral atua como freio e restaura o equilíbrio... O que ele tenta dizer é que a passagem da moral individual para a social não é linear. A moral individual dos membros da sociedade pode ser até diferente da moral do grupo. Esta resulta do acordo entre as pessoas."*³⁴

32. PAIM, A.. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Convívio; Brasília: INL, 1984. p. 81.

33. TRIBUNA do Povo. Ano I - n° 36, São João del-Rei: 15 de janeiro de 1882. p. 2.

34. PAIM, A.. *Ética social*. Rio de Janeiro: Instituto de Humanidade, 1984. p. 31. Vol. IV.

Mesmo partilhando de uma natureza humana pessimista, conforme se pode verificar pela concepção da natureza humana expressa pelo círculo que compunha a Tribuna, estes autores apostavam como Mandeville na possibilidade de restaurá-la. Isto não se daria segundo uma organização política nos moldes daquela tematizada por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), articulada, no sentir de Ricardo Vélez Rodrigues, ao redor do "conceito de vontade geral"³⁵, mas por causa da redenção e da graça de Deus que arrancam o homem do estado de pecado para imprimir-lhe a marca de um novo ser, liberto das misérias de sua natureza pecadora.

Ao propor tal fundamento para a solução dos problemas políticos é que os autores da Tribuna revelam a sua postura tradicionalista. Esta, no entanto, não se caracteriza como reação anti-liberal,³⁶ como ocorreu no tradicionalismo francês, mas na possibilidade de conciliação entre a postura moderna e a tradição religiosa. A reflexão revelou-se abrangente o suficiente para incorporar as idéias que denominavam progressistas, isto é: o sentido histórico da vida, a importância do processo revolucionário como fator de avanço da humanidade, a superação da monarquia, a instauração da República, significado ontológico do eu como marca da consciência humana e seu significado psicológico, conforme tematizara o ecletismo. Por causa disto, entendiam os pensadores da Tribuna, o conservadorismo era a fonte de inspiração do liberalismo.

CONCLUSÃO

O grupo da Tribuna do Povo tem consciência clara da exigência de pensar a vida e a realidade concebendo um saber que não estivesse comprometido com a tradição barroca ou com o empirismo mitigado imposto por Pombal, que fosse capaz de proporcionar novas respostas ao contexto problemático de então, cujos apelos soavam como dramáticos.

O esforço consciente revela-se nitidamente na tentativa de organização de um saber que denotasse coerência sistemática em relação às grandes questões filosóficas do momento e que eram: o significado do conhecimento, a importância da ciência, a tese da historicidade do homem compreendida como contribuição para o desvelamento do seu ser e a relação entre a moral e a instituição de um projeto político capaz de retomar

35. RODRIGUES, R. V.. *Perspectivas atuais do liberalismo brasileiro*. São João del-Rei: Vertentes, 1989. p. 10.

36. LARA, T. A.. *Tradicionalismo católico em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Massangana: 1988. p. 33 e seguintes.

“o fio da unidade perdida”³⁷ da consciência que se havia revelado imatura no plano geral da Inconfidência Mineira.

O incurso que empreenderam ao campo do conhecimento sugeriu-lhes a impossibilidade de explanar o assunto sem resguardar a autonomia e o valor do indivíduo. Evolucionando desta base intentam incorporar a grande contribuição da filosofia do século XIX, isto é, que o sentido do ser do homem não podia mais ser tratado fora da história. O ser humano é temporal. No trato deste problema acreditam que é possível abordar o caráter histórico sem perder o componente axiológico do eu, que vincula a ação individual com o destino humano. Em torno desta discussão realizaram um debate que parece ser o eixo motor de toda investigação, isto é, como seria possível abrir-se para as teses modernas sem perder a identidade cultural, sem abandonar o próprio passado. A solução julgam estar na manutenção da subjetividade ancorada na idéia de pessoa que é desenvolvida pelo cristianismo. Resolvida esta problemática lançam-se no empreendimento de edificar uma teoria política capaz de transportar o país a um futuro promissor e julgam que a melhor solução seria a instituição de uma República liberal. Talvez a peculiaridade do modo como Minas tenha compreendido e vivido os últimos anos do Império e o início da República deva-se a tal postura teórica.

O evoluir de um projeto laico para a sociedade, arquitetado com a República, somente ganhou forma concreta a partir de meados deste século com o incremento de uma civilização urbana industrial. O desenvolvimento da tecnologia, que coloca as pessoas em contato diário com o mundo inteiro, está a exigir um novo esforço de elaboração teórica neste declinar do milênio. Para a sua laboração não se pode perder de vista o esforço despendido no final da século passado pelos escritores da Tribuna, que nos deram um grande exemplo de como devemos progredir sem perder nossa identidade cultural. Um povo sem identidade não sabe o que resguardar, como preservar e o modo de viver o desafio de novos tempos. Desenvolve duas posturas imaturas, a saber: o abandono de todo o passado e uma busca contínua de novidade ou um fetiche conservantista que se revela na pouca disposição de diálogo com o novo, pretendendo manter intocadas as conquistas pretéritas. Nos dois casos a questão é a mesma: como não consegue se reconhecer no seio do existente não elabora uma solução adequada para a antiga questão daquilo que deve permanecer na mudança.

37. RODRIGUES, J. C.. *Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986. p. 173.

BIBLIOGRAFIA

01. ABBAGNANO, N.. *Dicionário de filosofia*. Trad. de Alfredo Bosi e Maurice Cunio. 2 ed., São Paulo: Mestre Jou, 1982.
02. COUSIN, V.. *Du vrai, du beau et du bien*. Paris: Didier, 1853.
03. CRIPPA, A.. *As idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.
04. DESCARTES, R.. *O discurso do método*. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 4 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1987.
05. ESPINOSA, B.. *Ética*. Trad. de Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes e Antônio Simões. 4 ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
06. HARTMANN, N.. *Auto-exposição sistemática*. México: Universidade Nacional Autônoma, 1964.
07. HEIDEGGER, M.. *El ser y el tiempo*. México. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1962.
08. KANT, I.. *Crítica da razão pura*. Trad. de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1987.
09. LARA, T. A.. *Tradicionalismo católico em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1988.
10. MONDOLFO, R.. *Figuras e idéias da filosofia da renascença*. Trad. de Licurso Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1967.
11. _____. *Problemas e métodos de investigação na história da filosofia*. Trad. de Livia Reale Ferrari. São Paulo: Mestre Jou, 1969.
12. PAIM, A.. *Ética social*. Rio de Janeiro: Instituto de Humanidades, 1984. Vol. IV.
13. _____. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Convívio; Brasília: INL, 1984.
14. RODRIGUES, J. C.. *As idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.
15. RODRIGUES, R. V.. *Perspectivas atuais do liberalismo brasileiro*. São João del-Rei: Vertentes, 1989.

16. SCHELLING, F. W. J. *Exposição da idéia universal da filosofia em geral e da filosofia da natureza como parte integrante da primeira (1803)*. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
17. TRIBUNA DO POVO. São João del-Rei: 1881 - 1882. Semanal.